



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

PARECER JURÍDICO OPINATIVO

N.º 043/2024

Objeto: Parecer Jurídico do Projeto de Resolução n.º 02, de 25 de novembro de 2024.

Autoria: Mesa Diretora do Poder Legislativo

Ementa: *"Dispõe sobre local a ser realizada a Sessão Solene de Instalação da Legislatura e Posse dos Vereadores, Prefeita e Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro de 2025."*

I - RELATÓRIO

Foi recebido por esta assessoria o Projeto de Resolução de autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo o Poder Executivo, nos termos do art. 136, parágrafo único, do Regimento Interno nº 03/2021, a pedido da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, e conforme disposto na Resolução 002/2013, para emissão de orientação técnica jurídica.

No caso em espécie dispõe sobre local a ser realizada a Sessão Solene de Instalação da Legislatura e Posse dos Vereadores, Prefeita e Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro de 2025.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Boa Vista do Sul, artigo 23, Parágrafo Único, as Sessões Solenes poderão ser realizadas em qualquer outro recinto, por deliberação.

Nessa linha, o Regimento Interno da Casa Legislativa traz no artigo 3º, Parágrafo 1º:

Art. 3º O Poder Legislativo reunir-se-á e realizará seus trabalhos na Câmara Municipal de Vereadores, que tem sua sede na Travessa 22 de Outubro, n.º 92, Centro, em Boa Vista do Sul/RS.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

§ 1º Reputam-se nulas as Sessões da Câmara Municipal realizadas fora de sua sede, exceto nos casos: de Sessão Plenária Virtual, de impossibilidade de acesso à sede da Câmara ou no **caso de Sessão Solene, essa última que por deliberação da maioria poderá ser realizada em outro recinto.** (grifei)

Considerando, as disposições acima elencadas, e conforme justificativa anexa a esta proposição que menciona que a Sessão Solene de Instalação da Legislatura e Posse dos Vereadores, Prefeita e Vice-Prefeito eleitos, que ocorrerá no dia 1º de janeiro de 2025, onde será realizada no Centro Municipal de Eventos desta cidade, não se vislumbra qualquer vício na Resolução ora analisada.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza **opinativa** do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, esta Assessoria Jurídica **opina** pela regular tramitação do Projeto de Resolução Plenária nº 02/2024.

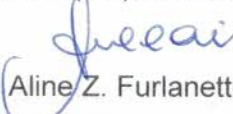
Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação e dos princípios doutrinários, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto jurídico e legal.

Desse modo, a função consultiva desempenhada por esta Assessoria Jurídica **não é vinculante**, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convicções em discordância com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

É o parecer.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para apreciação do presente.

Boa Vista do Sul (RS), 02 de dezembro de 2024.


Aline Z. Furlanetto Salvi
Assessora Jurídica
OAB/RS 107.597